

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

NOVA TEBAS

2014

IONETE MARIZA ORTEGA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silva da Silva

NOVA TEBAS

2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO.....	06
CONCLUSÃO.....	11
REFERENCIA.....	13

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ionete Mariza Ortega

Universidade Federal do Paraná

RESUMO: A Educação Infantil (EI) brasileira, primeira etapa da educação básica, constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses. A Educação do Campo ainda que seja incipiente, está sendo pensada e praticada na amplitude que a multidimensionalidade territorial exige. Desde a formação técnica e tecnológica para os processos produtivos até a formação nos diversos níveis educacionais, da educação infantil, fundamental ao superior para a prática da cidadania. As aproximações feitas nessa pesquisa apontaram que a educação do campo é um espaço de luta dos movimentos sociais que cobram do Estado o cumprimento de seus deveres constituintes.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação do Campo; Educação Infantil na Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

Na elaboração de um projeto pedagógico para a escola do campo deve-se, primeiramente, ter presente a concepção de educação do campo, suas finalidades e princípios básicos, como forma de caracterizar que espaço de atuação é esse, bem como os mecanismos de ação que melhor se aplicam a esse contexto. O objetivo geral deste trabalho é mostrar que a Educação Infantil é uma fase muito importante no desenvolvimento motor e cognitivo do aluno, não somente fundamental e médio mas também a seres iniciais devem ser pensadas dentro da especificidade da educação no campo.

Observamos no contexto do dia-a-dia a falta de interesse político na ampliação e melhoria desta etapa da educação, que muitas vezes passa despercebida ou porque não dizer esquecida de propósito, pois é uma fase da vida da criança que precisa ser muito bem trabalhada, seja ela da zona urbana ou da rural, mas principalmente a da zona rural por ter menos acesso a modernidade tecnológica, a qual influi e muito no aprendizado da criança.

Nesta busca da conquista da educação infantil na zona rural, podemos contar com o apoio dos pais, os quais são muito críticos e participativos na vida educacional de seus filhos, o que muda a visão de educação do passado, que era a importância do filho trabalhar na lavoura e não estudar, claro que não são todos, mas uma grande parte são interessados em que seus filhos estudem e que tenham uma vida diferente das que eles tiveram, e a educação infantil é a nova meta que eles estão em busca, nesse sentido, houve uma grande mobilização no município de Iretama, na Casa da Cultura, no mês de maio de 2013, envolvendo pais; comunidade; diretores; vereadores e a secretaria municipal de educação, a qual se prontificou perante todos a priorizar esta educação, já para o ano de 2015.

O questionamento que nos fazíamos a todo instante era: O que leva a Educação Infantil não ser vista como prioridade nas localidades de campo? Como veremos no decorrer do artigo é a falta de interesse político e a desinformação pelos pais, os quais se acomodaram e não buscam os seus direitos, os pais não se interessam em aprofundar seus conhecimentos sobre a educação do campo, simplesmente querem que ela aconteça e lutam para isso acontecer.

Na reunião que fizemos em uma das salas da Escola Municipal Frei Henrique Soares de Coimbra, no distrito do município de Iretama, com toda a equipe da escola, alunos e pais, foi bem proveitosa falamos da importância da educação infantil na escola do campo, pois é onde a criança vai adquirir maiores conhecimentos educacional já na fase de 0 a 5 anos além da integração com outras crianças da mesma faixa etária, assim vão desde cedo aprendendo a superar as situações de desigualdades que enfrentarão e alcancem o direito à educação de qualidade, desde à infância.

Procurarmos deixar bem claro que o reconhecimento não só na legislação, mas também pela sociedade em geral, que a Educação Infantil é elemento essencial e indispensável à formação integral das crianças, principalmente para as crianças do campo, pois elas não têm os mesmos estímulos que as crianças da cidade, como a tecnologia tanto a manual como a visual, e a escola irá ofertar esses meios de conhecimento para elas.

Exploramos bastante sobre como todas as crianças seja do campo ou não, são sujeitos de direitos. Elas têm garantido o direito de frequentar a educação infantil com qualidade. Direito a educação infantil no campo, oferecida perto de sua casa, na sua comunidade. Direito de serem transportadas com dignidade e de não

percorrem longos trajetos entre a casa e a Escola. Direito de conviverem com outras crianças, de terem acesso a espaços, materiais, brincadeiras e tempos organizados para que vivam plenamente suas infâncias e para que se encantem com as descobertas e os conhecimentos que a humanidade já fez e produziu e que seu grupo (re)cria nas interações cotidianas entre seus membros, adultos e crianças.

Entendemos, desde já, que cabe a escola trabalhar com palestras, reuniões de esclarecimento aos interessados, mostrando que a Educação Infantil é uma fase muito importante no desenvolvimento motor e cognitivo do aluno, não somente fundamental e médio, mas também as series iniciais e a educação infantil deve fazer parte da educação no campo.

A educação brasileira vem mostrando mudanças progressivas ao longo de 10 anos, porem ainda nos falta muito a avançar.

O quadro da realidade social e educacional do Brasil mostra bem o quanto a existência histórica dos brasileiros está longe de atingir um patamar mínimo de qualidade. Mostra também o quanto é ainda grave o déficit educacional em termos quantitativos e qualitativos e como é ainda grande o desafio para os gestores da educação no Brasil. Exigem-se deles uma avaliação mais crítica da situação real da nossa sociedade e uma maior vigilância diante do doce canto das sereias do neoliberalismo. (SEVERINO, 2002, p. 18)

Esta realidade se estende a toda esfera educacional principalmente quando nos referimos a educação do campo, que esteve muito tempo adormecida e esquecida e atualmente vem sendo discutida, debatida para melhor atender os alunos de localidades rurais. A realidade da educação do campo ainda é mais agravante, e quando nos referimos a educação infantil nos deparamos com um abismo de problemas, pois esta fase educacional é vista como desnecessária para o desenvolvimento educacional dos alunos ou crianças.

Por outro lado sabemos que é na educação infantil que se desenvolve o intelecto do aluno tanto social como cultural.

No jardim de infância a educação da linguagem como pensamento nasce de situações de vida. Como a criança naturalmente aprende a falar e a pensar na ambiência afetiva da família, o estudo da evolução da linguagem orienta a professora quanto às diretrizes a serem adotadas... a educação da linguagem e do pensamento não constitui matéria a ser ensinada, surge das vivências naturais. (KUHLMANN JR., 2010, p. 15)

Assim, podemos perceber a necessidade deste estudo, que busca explicitar a importância da educação infantil na educação do campo, mostrando que se esta fase for bem trabalhada o aluno terá um bom desenvolvimento educacional nas series iniciais do ensino fundamental. Ficou bem claro que a construção de novos conhecimentos e comprometimentos com a infância das crianças de 0 a 5 anos residentes no campo é de suma importância.

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O surgimento da Educação do Campo no Brasil nunca se constituiu uma preocupação social por parte da elite agrária, por isso seu surgimento foi tardio, datando do segundo império, e seu desenvolvimento histórico acompanha a evolução das estruturas sócio-agrárias do país (CALAZANS, 1993). Certo impulso nessa área ocorreu com o advento da monocultura cafeeira aliada ao fim da escravidão, que passou a mostrar necessidade de um tipo de trabalhador mais especializado, correspondendo à qualificação pretendida pelos grandes proprietários. Um grande movimento pedagógico na área da educação rural conhecido como ruralismo pedagógico, se consolidou partir de 1930, defendendo uma “escola rural típica”, com currículos e métodos adequados às peculiaridades regionais. Louvado como uma alternativa às tradicionais propostas educativas, na realidade esse movimento tinha como fundamento político-ideológico o ajustamento ou enraizamento do homem ao campo, de modo a atender a vocação rural do país e a livrá-lo do inchaço urbano e dos possíveis problemas sociais acarretados por ele (CALAZANS, 1993).

Em períodos posteriores, importou-se para o campo projetos educacionais europeus e norte-americanos enfatizando-se uma formação técnica, correspondendo aos princípios do mercado capitalista. Inúmeros foram os projetos implantados, ora pela iniciativa privada, ora pelo Estado. Portanto, como vimos no passado a educação do campo nunca mereceu a devida atenção por parte do poder público e sempre foi alvo de políticas emergenciais, compensatórias e impositivas, elaboradas por agentes externos desconsiderando-se a realidade e os valores dos trabalhadores rurais, provavelmente, por isso, estiveram fadadas ao fracasso. Há que se atentar para uma velada resistência exercida pelos sujeitos do campo no

processo de não incorporação de tais propostas educativas, negando, como nos diz Calazans (1993), o pressuposto do homem/mulher rural culturalmente vazio.

As diretrizes operacionais para a educação do campo, em consonância com as aspirações dos movimentos sociais do campo, estabeleceram como um dos elementos fundamentais a organização das escolas, que deverá ocorrer mediante a apresentação de propostas pedagógicas, elaboradas no âmbito da autonomia das instituições de ensino contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos (sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia), e a flexibilização dos tempos e espaços escolares assegurando, por exemplo, a fixação de calendário escolar que considere a configuração de ano letivo independente de ano civil e que atenda às especificidades locais, principalmente no que tange ao período de plantio e colheita. O que se vislumbra são a possibilidade e necessidade de construção de uma proposta pedagógica diferenciada. Embora, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública tenha sido criado em 1930 e “a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça” (MEC). O marco histórico da educação rural só iniciou em 1934, onde começou as primeiras inclusões na legislação brasileira, como mostra no referido, Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Constituição Federal de 16 de Julho de 1934. Parágrafo único - “Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” (BRASIL, 1934).

A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

O campo não é um conglomerado de pessoas “incultas” isoladas do mundo urbano e “desenvolvido”. O campo é habitado por seres humanos com sentimentos, histórias de vida e saberes gestados no trabalho agrícola e no convívio social com seus semelhantes; com valores e cultura que entrelaçam presente, passado e futuro. E, talvez, a maior sabedoria desse povo esteja em conviver com as adversidades de seu contexto: onde a calma da natureza é constantemente ameaçada pela

economia do grande capital, que insiste em lhe roubar a terra, seu canto e espaço, e em negar ao “pequeno” o direito de viver dignamente. Resistir a esse intenso assédio é uma demonstração de sapiência, uma sábia defesa de seu jeito de viver e de seu espaço de vida. É essa concepção de campo que devemos ter como referência ao tratar de educação do campo, considerando o protagonismo das crianças e jovens, educadoras e educadores camponeses na luta por uma educação que corresponda aos seus ideais de formação.

a educação rural ignorada e marginalizada está mostrando seu rosto, o verdadeiro, não a caricatura tão repetida: reduzir a educação à escolinha rural, à professora desqualificada, às massas de analfabetos. Uma visão preconceituosa que os educadores rurais vão desconstruindo (ARROYO in: KOLLING, 1999).

Fica claro, então, que não serve a atual organização escolar ou a tradicional forma escolar, que consagrou a divisão entre trabalho manual e intelectual, fragmentando o conhecimento e alijando os sujeitos do processo de produção do conhecimento e de sua própria história. Urge o delineamento de um projeto político-pedagógico alicerçado em novos princípios educativos e num projeto histórico de sociedade, a sociedade igualitária e solidária.

A Educação do Campo deve se constituir em uma ação emancipatória, que tem por objetivo incentivar os sujeitos do campo a pensarem e agirem por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura, pois emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades, entendendo que as populações do campo têm o direito de definir seus próprios caminhos, suas intencionalidades, seus horizontes. (SALOMÃO, p.15. 2005)

A LDB instituiu também as bases para a definição de novas políticas que vêm sendo regulamentadas pelo Conselho Nacional de Educação, com a criação de novas instituições: os Institutos Superiores de Educação, instituição específica para formação de professores para a educação básica, o Curso Normal Superior, para formação de professores de 1a a 4a série e educação infantil, e a formação dos especialistas nos cursos de pedagogia (SALOMÃO, p.15. 2005).

Sabemos que o atendimento educacional de crianças em educação infantil a partir do seu nascimento passa a ganhar uma legitimidade social para além da sua

destinação exclusiva aos filhos dos pobres. Isso expressa à tradição colonizadora da catequese jesuítica que previa o recrutamento dos pequenos curumins como forma de interferir nas culturas nativas. A criança tem de ser acompanhada pela família. Os primeiros dias na escolinha, os primeiros rabiscos, o incentivo escolar, os brinquedos pedagógicos, muito importante conversar com as professoras, diretora, enfim conhecer o ambiente que seu (a) filha (o) vai passar grande tempo de sua vida.

A capacidade de aprender a aprender deve ser vista com muito carinho desta a Educação Infantil, pois a visão ampla do mundo não se faz a partir do ensino fundamental, mas sim desde o momento que nascemos, o saber pensar são desafios reais da vida toda. A escola do presente deve formar seres humanos com capacidade de entender e intervir no mundo em que vivem. E as crianças da Educação Infantil aprendem com muita facilidade, e de uma forma simples já sabem que não são meros espectadores, mas sim sujeitos com ânimo e conhecimento crítico para enfrentar a revolução de valores, e defenderem seus direitos e conquistarem o que almejam. (CHALITA, p.59, 2001)

Falta incentivo dos pais para os filhos frequentem a escola e falta incentivo da escola para que os alunos nela permaneçam. Como a escola não tem um ambiente social real, que condiz com o mundo real do aluno do campo, nem mesmo atividade integrada, nem sistema pedagógico, nem entusiasmo, e a criança não traz de casa o que não encontrará na escola, cria-se um ciclo vicioso, a escola fica distante, alheia ao mundo da criança campestre. A educação infantil tem-se revelado primordial para uma aprendizagem efetiva. Ela socializa, desenvolve habilidades, melhora o desempenho escolar futuro, propiciando à criança resultados superiores ao chegar ao ensino fundamental. Ela é o verdadeiro alicerce da aprendizagem, aquela que deixa a criança pronta para aprender. Ela é que mostra que quando a educação infantil no campo acontece o ensino fundamental se desenvolve com mais produtividade. (CHALITA, p.65, 2001)

As crianças moradoras das áreas rurais trazem consigo, como afirma Gehlen (2011), os “mitos e os estigmas” que compõem as representações sociais sobre as populações rurais. Mitos “românticos” que situam esses grupos sociais como aqueles que representam a pureza, a preservação daquilo percebido como moralmente correto, ou ainda, como um grupo com grande coesão social. Essas crianças, no entanto, também sofrem as discriminações que derivam dos estigmas

“do atraso” em relação ao urbano, da pobreza, da ausência de educação e cultura e do conservadorismo. Como todas as crianças, a criança do campo brinca, imagina e fantasia, sente o mundo por meio do corpo, constrói hipóteses e sentidos sobre sua vida, sobre seu lugar e sobre si mesma. A criança faz arte, faz estripulias e peraltices, sofre e se alegra. A criança do campo constrói sua identidade e autoestima na relação com o espaço em que vive, com sua cultura, com os adultos e as crianças de seu grupo. Ela constrói amizades, compartilha com outras crianças segredos e regras. Brinca de faz-de-conta, pula, corre, fala e narra suas experiências, conta com alegria e emoção as grandes e pequenas maravilhas no encontro com o mundo.

Visto que a função primordial da educação é antes de tudo a formação intelectual, social e política de seres humanos. O que converge com a concepção de Caldart (2004) de que:

a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, *com* a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos *para* ele. (CALDART, 2004, p. 18)

Ao refletirmos sobre a educação que é realizada no campo devemos pensar no sentido que damos a este local, pois não devemos perder de vista que a educação é um processo social que contribui para as lutas do povo que ali reside. Por isso a educação, quando vinculada às questões do campo não deve ser compatibilizada com o modelo de agricultura capitalista, que hoje no Brasil é expresso pelo agronegócio e pelos grandes latifúndios, causando a expulsão dos camponeses de seu ambiente. Desta maneira, deve-se pensar num ambiente de inclusão deste camponês, buscando na reforma agrária, na agroecologia popular, na agricultura camponesa a combinação entre educação e campo.

A educação do campo também garantida pela LDB é assim, na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola;

III- adequação a natureza do trabalho na zona rural (LDB 9394/96).

Apesar de estar presente na lei, a educação básica no campo não tem sido atendida de maneira satisfatória e nem ao menos tem sido delineada como proposta para a formação de identidade do meio rural, na busca de um novo projeto de desenvolvimento do campo.

ANÁLISE DE ESTUDO

Entender e compreender as necessidades de mudanças na estrutura da Educação do Campo é manter viva a “vida” social, cultural e educacional destas localidades, por vezes este tema esteve em pauta nas mesas governamentais porem os resultados ainda não são os melhores.

Tentamos buscar mais meios para entender o processo de estruturação da Educação do Campo este artigo teve como base conversações com os professores, pedagogos, diretores, alunos e pais, além da pesquisa bibliográfica sobre a realidade da Educacional do Campo.

Ao dialogarmos com os professores percebemos que a verdadeira educação esta na proximidade com o aluno. O aluno que estuda próximo a sua casa tem um desgaste físico e mental menor proporcionando um rendimento maior na escola, ou seja, mais uma vez ficou claro que a Educação do Campo é um dos pontos relevantes para o bom desenvolvimento escolar destas crianças.

Na conversa que tivemos com os professores, estes se mostraram com boa vontade em relação a educação do campo e estão satisfeitos em pô-la em prática, mesmo considerando que a capacitação para atuar no campo é desafiadora, mas esta sendo oferta pelo município através de pós graduações e cursos livres voltadas para esta modalidade de ensino. O grande mérito dessa formação, é mostrar ao professor que é possível dar conta dos trabalhos desenvolvidos na educação infantil e ao mesmo tempo, trabalhar o contexto do educando e cultivar o conhecimento científico a partir da realidade rural, de forma a valorizar a agricultura, que geralmente é discriminada e encarada como um reflexo da pobreza e do atraso, o professor fará a diferença de cultura junto aos pais e comunidade, conforme nos foi informado é esta a vontade do professor da educação infantil do campo.

A Educação do Campo, como observamos nos autores abordados, aponta a deficiência dos projetos e das políticas públicas para uma educação que tem como função primordial o desenvolvimento humano do homem do campo, visto que o campo deixou de ser um espaço de produção econômica para a subsistência, para o encontro com a natureza, com a sabedoria, com a fertilidade, com os costumes, com a preservação ambiental etc.

A Educação Infantil na Educação do Campo na visão de toda a equipe de profissionais da escola é um meio de formação que tem como compromisso reconhecer os sujeitos, recuperar a sua cultura e sua identidade de trabalhador do campo e criar alternativas de outro tipo de conhecimento e prática que tenha como objetivo sua emancipação, isso deve acontecer desde muito cedo, que não seja uma adaptação mas sim um aprimoramento no conhecimento das crianças do campo. É neste contexto, que a comunidade deve ser o eixo pedagógico da escola na busca da inserção social dos seus indivíduos e de transformação da escola. Essa inserção de seus sujeitos deve ser pensada do âmbito da transformação curricular na escola, resgatando a identidade histórica da comunidade fundamentada na raiz da cultura, do saber e da experiência de cada um dentro do seu espaço social.

A maior dificuldade encontrada para a Educação Infantil do Campo no campo é espaço físico, contratação de funcionários, professores capacitados para a faixa etária que é entre 0 a 5 anos e a colaboração da Secretaria Municipal de Educação com o apoio da Prefeitura Municipal. Nas duas reuniões que pude observar com a comunidade, foi criada uma comissão para ir até o município de Iretama para conversar com a secretária de educação, os pais são bem forte em relação à organização de comissão, há no distrito uma associação de agricultores os quais participam de um projeto que se chama “Compra direta do produtor”, e são modelo no município, nesta conversa com a secretária resultou na promessa da criação de turmas de Educação infantil para o ano de 2015. O município de Iretama/PR, já possui quatro escolas de Educação Infantil, onde várias crianças são trazidas do campo para frequentarem a escola na cidade, pois na zona rural não há, por isso a luta para a criação deste nível de educação na zona rural.

Os professores e gestores em reuniões apontam sugestões para a comunidade em geral para a melhoria e a expansão da Educação Infantil no campo, através de reuniões na escola, palestras com os pais. Essas sugestões concentram-

se, basicamente, em duas frentes já apontadas no caderno temático da Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná:

uma relacionada a políticas e recursos para infraestrutura e outra relacionada a temas didático-pedagógicos. Compras de brinquedos que contemplem as especificidades da área rural, bem como de programa de aquisição de livros e materiais educacionais que contemplem as especificidades das crianças de 0 a 6 anos na zona rural (PARANÁ, 2005, p.49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar crianças do campo significa assumir o compromisso de garantir que as práticas junto às crianças lhes permitam viver suas infâncias com todas as potencialidades que a vida do campo oferece. O rio, as árvores, a produção dos alimentos, os animais, a flora, o tempo da comunidade, as histórias, as lendas, os artesanatos, os causos e contos, as cantigas e músicas, as cirandas, os rituais são os recursos para ação pedagógica e ao mesmo tempo para a constituição das crianças.

A educação infantil na Educação do Campo é de extrema importância, pois, faz a socialização da criança, desenvolve habilidades, melhora o desempenho escolar futuro, propiciando à criança resultados superiores ao chegar ao ensino fundamental, além de interagir com outras crianças. A educação infantil é o verdadeiro alicerce da aprendizagem, aquela que deixa a criança pronta para aprender.

Neste estudo pude reconhecer que o lúdico possibilita ofertar às crianças um espaço para resolução dos problemas que as rodeiam. A criança, por meio da brincadeira, reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento, onde ela age na brincadeira demonstrando o que está sentindo no momento, com isso ela extravasa seus sentimentos de liberdade e resolve seus conflitos. Sabemos o quanto a criança é criativa e imaginária, por meio das atividades lúdicas que a educação infantil oferece a criança reproduz muitas situações vividas em seu cotidiano, as quais, pela imaginação e pelo faz-de-conta, são reelaboradas. A criança tem todo o “seu” tempo para se tornar um adulto e seu primeiro apoio nesse desenvolvimento é a família, posteriormente, esse grupo se amplia com os colegas de brincadeiras e a educação infantil.

Dialogando com os professores e gestores identifiquei que a maior dificuldade para se criar a Educação Infantil do/no campo é a falta de estrutura de espaço físico, professores capacitados para a faixa etária de 0 a 5 anos, profissionais adequados e principalmente o interesse político da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura Municipal dando o apoio necessário e priorizando a educação.

Por fim, percebo que outras possibilidades de estudo e aprofundamento poderiam ser realizadas para qualificar ainda mais a Educação do Campo, em especial, a Educação Infantil etapa fundamental no desenvolvimento da criança da faixa etária de 0 a 5 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel. In: ARROYO, M; FERNANDES, B (Orgs.). **A educação básica e o movimento social no campo** (Por uma educação do campo). Brasília, 1999.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. (Lei nº. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark/DUNYA, 1998.
- CALAZANS, Maria J. C. **Para compreender a educação do estado no meio rural** – traços de uma trajetória. In: TERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria N. (Orgs.) Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.
- CHALITA, Gabriel. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.
- GEHLEN, Ivaldo. **Educação no campo**. Conferência realizada no III Seminário de Educação Infantil no Campo. BSB; dez. 2011.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- PARANÁ. Secretaria De Estado da Educação. **Superintendência da Educação**. Departamento de Ensino Fundamental. Cadernos Temáticos: educação do campo. Curitiba: SEED-PR, 2005.
- SALOMÃO, Mario. **Educação do Campo no campo**. Campinas, SP. Papirus. p.15. 2005.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.